



## **Desenvolvimento regional como opção decolonial: poderia a questão regional ser interpretada à luz pensamento decolonial?**

Diego Boehlke Vargas, economista, Mestre em Desenvolvimento Regional, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau, e-mail: vargasdb@gmail.com

Ivo Marcos Theis, economista, Doutor pelo Instituto de Geografia da Universidade de Tübingen (Alemanha), professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Regional de Blumenau, e-mail: theis@furb.br

**Resumo:** O presente artigo se trata de uma reflexão teórica com o fim de subsidiar a proposta de pesquisa de doutoramento junto ao PPGDR/FURB. A noção de desenvolvimento vem sofrendo modificações desde o momento de sua gênese, convergindo a uma lógica eurocêntrica do poder, do saber e do ser. A revalorização regional do desenvolvimento pouco escapa a esta dinâmica. O objetivo geral deste estudo é encontrar pontos de intersecção entre o desenvolvimento regional e o pensamento decolonial com o fim subsidiar a compreensão dos giros decoloniais presentes na dinâmica socioeconômica latino-americana. Metodologicamente o artigo utilizou-se do método bibliográfico para a revisão de literatura sobre a referida temática. As conclusões revelam que a noção dos giros decoloniais poderia contribuir à compreensão da regionalidade/espacialidade do desenvolvimento. A relação possível entre desenvolvimento regional e pensamento decolonial tende a produzir um vínculo que o coloca como opção decolonial. O desenvolvimento regional como opção decolonial tende a incorporar o exame das colonialidades regionais para a formação de estratégias e/ou contestação das formas mais hegemônicas de poder, saber e ser.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional. Giro decolonial. Opção decolonial. Pensamento Decolonial.

### **Introdução**

A partir das revisões teóricas realizadas ao longo deste artigo se pretende encontrar pontos de intersecção entre o desenvolvimento regional e o pensamento decolonial com o fim subsidiar a compreensão dos giros decoloniais presentes na dinâmica socioeconômica latino-americana. Para que o desenvolvimento regional possa ser vislumbrado como uma opção decolonial, e a questão espacial/regional, interpretada no âmbito do pensamento decolonial, procura-se tanto esclarecer a contribuição da perspectiva regional para o desenvolvimento, quanto compreender as principais categorias relacionadas ao pensamento decolonial.

Embora as análises e as percepções sobre a realidade social partam de posições distintas, ambas as perspectivas valorizam as escalas espaciais e regionais na compreensão das experiências vividas pelos indivíduos. Assim, algumas perguntas iniciais podem contribuir no entendimento dos marcos deste estudo. Qual a relevância em revisar brevemente a

trajetória do desenvolvimento regional? Por que examinar a relação entre desenvolvimento regional e decolonialidade? Por que interpretar os aspectos regionais e espaciais a partir das categorias do pensamento decolonial? Cabe dizer que a discussão sobre pensamento decolonial, bem como parte das respostas às perguntas anteriores, vêm compondo pesquisas no âmbito do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Desta forma, a análise de sua relação com o desenvolvimento regional contribui à agenda de pesquisa junto ao NPDR. Além disso, o tema se insere nos limites do projeto de doutorado do autor principal deste artigo, cujas reflexões tendem a colaborar com a execução da proposta junto ao PPGDR/FURB.

A relevância deste artigo também está no tema trazer à atenção a dinâmica da decolonialidade no âmbito do desenvolvimento regional no que diz respeito à produção de “outras” experiências políticas, vivências culturais, alternativas econômicas e de conhecimento, procurando dar importância à relação entre teoria e prática nas lutas sociais e populares em diferentes povos subjugados pela violência presente nas lógicas coloniais do mundo globalizado. “La descolonización no se puede llevar a cabo sin un cambio en el sujeto. Este asunto está relacionado a lo que otros han denominado como la descolonización de la mente o del imaginario histórico y la memoria” (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 67).

Metodologicamente, a execução do presente artigo realizou-se por meio de alguns passos que serão descritos a seguir, tomando como referência Marconi; Lakatos (2010). Primeiramente, cabe mencionar o método de abordagem, cujos pressupostos são de que tanto a noção de desenvolvimento quanto a de desenvolvimento regional vem passando por grandes mudanças nos últimos anos. A compreensão do tema se apoia numa abordagem ampla permitindo analisar as relações entre o pensamento decolonial e a regionalidade do desenvolvimento.

Entre os métodos de procedimentos, utilizou-se do método bibliográfico. Na obtenção dos dados, as técnicas de pesquisa privilegiadas foram, portanto, a pesquisa bibliográfica na revisão de literatura sobre a temática do trabalho. A revisão bibliográfica procura fornecer uma sólida sustentação teórica que embasa o assunto delimitado nos objetivos de um determinado trabalho (SILVEIRA, 2004).

De forma didática, o artigo divide-se em cinco seções, sendo a primeira relativa a esta introdução. Na seção dois procura-se interpretar o desenvolvimento regional pela perspectiva de seu caminho histórico-conceitual a partir do termo progresso. A seção três realiza uma análise específica sobre a perspectiva do pensamento decolonial, bem como sobre a

atualidade dos giros decoloniais. Uma quarta seção aprofunda a decolonialidade a partir da contribuição de Walter Dignolo. A última seção foi reservada para algumas considerações e questionamentos sobre a decolonialidade e o desenvolvimento regional.

### **Do progresso ao desenvolvimento regional**

A ideia de desenvolvimento vinculada à organização social e econômica dos territórios é relativamente recente uma vez que ganha relevância pública e reconhecimento entre os “*experts*” de diversos Estados nacionais somente ao final da década de 1940 com a invenção do seu termo oposto, o subdesenvolvimento. O programa norte-americano, exposto pelo governo Truman, que procurava levar desenvolvimento para o mundo trazia uma nova percepção do “eu” e do “outro” ao criar uma maioria heterogênea e diferente: “daquele momento em diante, [2 bilhões de pessoas] deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila [...]” (ESTEVA, 2000, p. 60).

É na noção de progresso que está a origem do desenvolvimento; da saída da decadência do século XVII para a prosperidade advinda com os tempos modernos. O progresso teve seu ápice no século XIX ao permitir um entendimento dos eventos históricos de forma unilinear a partir do qual os fatos desenvolvem-se sempre no sentido mais favorável. Entretanto, nas primeiras décadas do século XX o termo foi à descrença, sobretudo, pelas mudanças de paradigmas sociais e filosóficos devido às Grandes Guerras Mundiais e às crises econômicas. Rapidamente, a crença no progresso, como condição necessária a todas as nações, entrega suas esperanças e promessas ao desenvolvimento (HEIDEMANN, 2009).

Com a cristalização das bases do desenvolvimento a hegemonia teórica/científica moderna tratou de subjugar espaços economicamente menos relevantes resultando em variadas alternativas para escape da condição indigna na qual estes territórios foram classificados – claramente o território latino-americano incluía-se/inclui-se nesse processo, cuja direção adquiriu um “poder colonizante súbito e violento”. Por consequência, “a metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social.” (ESTEVA, 2000, p. 63).

Na América Latina, esta crítica esteve presente primeiramente na Teoria da Dependência e em intelectuais da esquerda que procuraram romper com a modernização econômica e o etapismo do desenvolvimento, cabendo destacar Ruy Mauro Marini, André

Gunder Frank e Theotonio dos Santos, cujos argumentos denunciavam o processo de desenvolvimento colonial e a contínua – e planejada – exploração capitalista como próprio sujeito criador do subdesenvolvimento.

Por diferentes caminhos, ao longo da segunda metade do século XX, a leitura sobre desenvolvimento atravessa uma fase de “aprimoramento” conceitual, representando fortemente o crescimento da renda per capita dos povos ditos atrasados. Este movimento passou tanto pela Organização das Nações Unidas já na década de 1960 e em seus posteriores relatórios anuais – os quais, mais tarde, contribuiriam para a perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento e com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano – quanto pelo Banco Mundial, além de outras perspectivas teóricas, originando diversos adjetivos com propriedades endógenas, integradas, de justiça social, inclusivas, humanas, culturais e, também, vinculadas à espacialidade do desenvolvimento.

Deste modo, a regionalização do desenvolvimento entra em discussão a partir da interdisciplinaridade contida na *ciência regional*. Em 1954 o tema institui-se cientificamente com a criação da *Regional Science Association*, por Walter Isard e um grupo de mais de 60 economistas, geógrafos, cientistas políticos, sociólogos e teóricos urbanistas, cujo objetivo principal estava em promover o estudo sobre as regiões utilizando os métodos e referenciais teóricos das ciências sociais, além de outras formas que promovessem compressão à regionalidade do desenvolvimento (BENKO, 1999; ISSERMAN, 2001). Uma das questões estava na análise das diferenças regionais do crescimento e do desenvolvimento: ao mesmo tempo em que se tratava de uma preocupação com o crescimento das regiões, também era com a formação da desigualdade no espaço. Com efeito, tais preocupações levam à formação de um quadro teórico para a formulação do conceito *desenvolvimento regional*.

Embora a onda neoliberal após a década de 1980 tenha comprometido a tarefa do Estado em conduzir políticas para o desenvolvimento dos territórios – ainda que a *política* que atravessa a dinâmica do Estado tenha se fortalecido sobremaneira – o tema do desenvolvimento regional tem sido revalorizado tanto no debate acadêmico quanto nas agendas públicas. As constatações desse movimento estão na criação de Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional em diversas regiões do país nas últimas décadas e no resgate da *questão regional* pelo Governo Federal do Brasil com a (re)criação de Superintendências Regionais de Desenvolvimento nas regiões Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste, além da criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, ambas as experiências ocorridas a partir do ano de 2007 (VARGAS, 2013). A reforma política atual

trouxe, ainda, à tona, um Ministério do Desenvolvimento Regional, a partir da fusão de duas pastas extintas.

Cabe dizer, portanto, que “o conceito de desenvolvimento se refere a um processo de mudança social, buscado de forma deliberada [...], viabilizado pela mobilização de recursos (econômicos e não-econômicos), visando alcançar fins previamente definidos por uma coletividade ou por grupos sociais que a representem”. (SOUZA; THEIS, 2009, p. 12). Nestes termos, desenvolvimento regional tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida material e espiritual de uma comunidade regionalmente organizada sem vincular-se exclusivamente ao aspecto econômico. Isto é, diz respeito à regionalidade do desenvolvimento, mas, sobretudo, ao seu caráter

socialmente equitativo e ecologicamente prudente, apoiado na democratização em todas as escalas, na participação ativa da cidadania na definição de seu paradigma societário, na completa soberania dos sujeitos na escolha de seu futuro (SOUZA; THEIS, 2009, p. 12).

Contudo, se levarmos em conta a realidade sociocultural brasileira, o desenvolvimento regional pode mostrar-se como algo realmente bom, mas que não existe, já que “dever-se-iam mobilizar energias, em resposta a algo ruim que existe, isto é, desigualdades (sociais, econômicas, políticas...) entre regiões, as disparidades regionais”. (THEIS, 2019, p. 354).

Por outro lado, uma importante *virada* sobre a imagem da noção de desenvolvimento provém do pensamento descolonial/decolonial<sup>1</sup>. A decolonialidade remete a um conjunto teórico-conceitual que vêm sendo estruturado com maior ênfase ao longo dos últimos vinte anos que procura reorientar as noções implícitas sobre a colonialidade.

## **A perspectiva do pensamento decolonial**

O desdobramento do ponto de vista decolonial encontra-se, por um lado, na crítica da modernidade por meio da abordagem da colonialidade; de outro, na tomada de consciência sobre os processos coloniais/imperiais que manifestaram diversos autores e pensadores ao longo dos séculos tanto na América Latina quanto em outros territórios. Ou seja, em grande

---

<sup>1</sup> O termo vem sendo empregado na literatura, com o mesmo significado, através de duas formas: “descolonial” e “decolonial”, embora a posterior supressão da letra “s” também faça parte do desenvolvimento desta noção, distinguindo-a da “descolonização” ou do “pós-colonialismo”.

medida, o pensamento decolonial têm sua gênese entendida a partir do compromisso por uma alternativa teórica e política à modernidade eurocêntrica.

No entanto, não se trata de esquecer ou anular o pensamento teórico e político europeu, mas, de uma crítica amparada no entendimento da colonialidade como inerente à modernidade. Ademais, a decolonialidade difere das críticas trazidas pelo colonialismo uma vez que, em termos teóricos, aparecem ancoradas no pensamento hegemônico da modernidade eurocêntrica. O pensamento decolonial não desconhece as experiências marxistas, por exemplo, mas, as relaciona por meio da crítica à matriz colonial do poder (ESCOBAR, 2003; OTO, 2016).

A articulação basilar nesta direção está no Grupo Modernidade/Colonialidade [M/C] erigido do encontro de autores como Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Fernando Coronil e Aníbal Quijano em diversos seminários, diálogos paralelos e publicações científicas ao final da década de 1990. A dinâmica do grupo gerou importantes publicações coletivas como *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, mais tarde traduzida pelo CLACSO (LANDER, 2005). Nos anos 2000 o grupo reuniu-se oficialmente noutras sete ocasiões, incorporando e dialogando com novos membros: Javier Sanjinés, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, José David Saldívar, Lewis Gordon, Boaventura de Sousa Santos, Margarita Cervantes de Salazar, Libia Grueso e Marcelo Fernández Osco. A troca de informações entre as áreas de conhecimento dos integrantes (sociologia, filosofia, antropologia, direito, entre outras) e as diversas universidades em que atuam permitiu-lhes criar noções e conceitos próprios, gerando uma renovação analítica das ciências sociais latino-americanas no século XXI (BALLESTRIN, 2013, 2017).

Uma das ideias chave no âmbito das atividades do Grupo M/C é a *colonialidade do poder*, desenvolvida originalmente por Aníbal Quijano já no final da década de 1980. Esta análise revela que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não tiveram fim com a destruição do processo de colonialismo. Ao mesmo tempo em que denuncia a coexistência das formas coloniais de dominação na dinâmica do capitalismo contemporâneo (colonial/moderno), procura trazer à tona processos que supostamente teriam sido superados pela modernidade. Uma das constatações advém das relações raciais de trabalho, as quais transmutaram-se de trabalho pago (dos “brancos”) e trabalho não pago (das “raças inferiores”) para um contexto em que as diferenças salariais são definidas por uma moderna classificação racista (QUIJANO, 2005).

Desta forma, a colonialidade tem seu enfoque estendido e ampliado, assumindo uma tripla dimensão: do poder, do saber e do ser. Quanto ao conhecimento – a dimensão do saber

– Quijano (2005, p. 115) revela que “a elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado.” Nestes termos, o eurocentrismo é um importante meio à reprodução da colonialidade do saber. Contudo, não se trata de todos os conhecimentos europeus e nem de todas as épocas, mas de uma específica racionalidade que se tornou homogênea e colonizadora a partir do pensamento capitalista/burguês de meados do século XVII, cujos “saberes” sobrepõem-se a todos os demais, prévios ou diferentes.

A crítica à modernidade ocidental não tem origem com as pesquisas em torno do Grupo M/C. Contudo, há uma novidade quanto ao movimento de descoberta e revalorização das teorias e epistemologias próprias dos países considerados periféricos. Se a modernidade tem sido considerada um projeto inacabado em certos diagnósticos teóricos, para o M/C, o projeto fundamental ainda em curso é o da descolonização – embora não seja a colonialidade um ponto de chegada, assim como o é para a modernidade. São destas análises a partir do M/C que originam o surgimento da noção de *decolonialidade*, aparecendo, portanto, como um terceiro elemento do binômio modernidade/colonialidade. Trata-se do chamado, *giro decolonial*: “termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade.” (BALLESTRIN, 2013, p. 105). Se no século XX a segregação societária esteve na “linha da cor”, a investigação no século XXI sobre as estruturas de poder deve preocupar-se com a afirmação e a expansão das hierarquias raciais tradicionais, bem como com o discurso de negação de sua existência por setores que buscam suprimi-las.

El giro decolonial es la apertura y la libertad del pensamiento y de formas de vida-otras (economías-otras, teorías políticas-otras); la limpieza de la colonialidad del ser y del saber; el desprendimiento de la retórica de la modernidad y de su imaginario imperial articulado en la retórica de la democracia (MIGNOLO, 2007, p. 29-30).

O giro decolonial é a consciência da relevância e urgência de realidades como as do povo migrante mexicano e latino nos Estados Unidos ou de processos políticos de grupos afrodescendentes e indígenas tanto no Equador, como no Brasil e na Bolívia que denunciam a vigência e atualidade do discurso sobre a descolonização (MALDONADO-TORRES, 2008).

Portanto, o giro decolonial também se refere ao reconhecimento de que as formas de poder que exercem forças sobre distintas comunidades e sujeitos são múltiplas, pois, tanto o conhecimento produzido, como a experiência vivida pelos indivíduos, tem sido marcados

por projetos modernos promotores de uma forte desumanização. Contudo, são justamente essas experiências territorialmente localizadas “altamente relevantes para entender las formas modernas de poder y para proveer alternativas a las mismas” (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 66).

Desta forma, a interrelação entre modernidade/colonialidade/decolonialidade redefine a noção sobre colonialidade implícita prática e teoricamente na atualidade. A compreensão das experiências que se manifestam nos territórios por meio do giro decolonial não procura descolonizar os indivíduos e seus modos de vida como forma de alcançar um mundo livre de colonizados, mas pretende colocar no centro do debate a questão da colonização como um componente que constitui a modernidade (MALDONADO-TORRES, 2008). Trata-se de uma das *opcões coloniais* possíveis relativa à matriz colonial do poder e o reconhecimento da relação entre colonialidade e modernidade.

### **Colonialidade como parte da modernidade**

Uma das teses desenvolvidas no âmbito do Grupo Modernidade/Colonialidade, mais especificamente a partir de Walter Mignolo, diz respeito ao chamado “lado mais escuro” da modernidade ocidental. Por meio desta perspectiva, a complexa narrativa da modernidade, que constrói a civilização ocidental com origem na Europa, esconde uma pauta fundamental para a consagração de suas conquistas: a colonialidade.

A colonialidade é posta como um elemento constitutivo da modernidade, sem o qual não se pode compreender as relações sociais, políticas e econômicas criadas na modernidade. Deste modo, a prosperidade trazida pela noção de progresso precisaria ser lida através da dinâmica da colonialidade, bem como sua transmutação para as esperanças depositadas sobre o projeto desenvolvimentista. O mesmo ocorre para a posterior revalorização do termo desenvolvimento a partir da crítica ao economicismo, cujas discussões vinculam dimensões qualitativas anteriormente ignoradas.

A estrutura criada pela colonialidade é conhecida como *patrón colonial de poder* (matriz colonial de poder), escrita por Aníbal Quijano, a partir da qual se tem o controle e a administração de quatro domínios interrelacionados. A ilustração a seguir apresenta os quatro elementos originais que embasaram a tripla dimensão da colonialidade. A sustentação desses domínios ocorre, por sua vez, pelo fundamento racial e patriarcal do conhecimento.



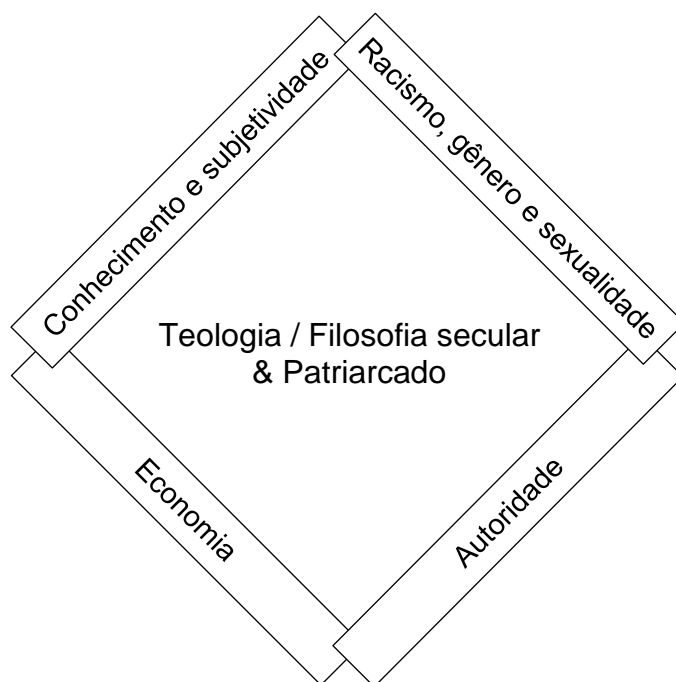


Figura 1 Visualização sistemática da matriz colonial do poder

Fonte: Adaptado e traduzido livremente de Mignolo (2011).

Walter Mignolo traz o monstro de quatro cabeças e duas pernas como analogia à matriz colonial do poder construída nos últimos 500 anos, reiterando o pensamento decolonial e as opções decoloniais como forma de superar a lógica da colonialidade que atuou e atua por trás da modernidade. A desvinculação com a matriz colonial de poder exige, portanto, sujeitos decoloniais, conhecimentos decoloniais e instituições decoloniais.

A matriz colonial do poder, amparada pela colonialidade, se apresenta como a estrutura fundamental para a civilização moderna. “A lógica da colonialidade [...] passou por etapas sucessivas e cumulativas que foram apresentadas positivamente na retórica da modernidade: especificamente, nos termos da salvação, do progresso, do desenvolvimento, da modernização e da democracia.” (MIGNOLO, 2017, p. 8). A etapa da salvação teve como foco a condução das almas ao Salvador por meio do cristianismo, um movimento que ganha novo espaço com a formação das colônias latino-americanas. Em segundo momento, a conversão ao cristianismo como missão civilizatória fora da Europa, também perpassa pela administração dos indivíduos nos próprios Estados-nação.

A etapa atual, marcada pela ascensão do desenvolvimento, teve início quando tanto as corporações como o mercado tornam-se dominantes, resultando na retórica retilínea e

incontestável que transforma(ria) civilizações atrasadas em desenvolvidas. A anuência à civilização ocidental, trouxe ênfase econômica ao desenvolvimento, propiciada pela conversão, por sua vez, aos princípios econômicos ocidentais, tais como os do Consenso de Washington (MIGNOLO, 2017).

Deste modo, a matriz colonial do poder foi sendo operacionalizada territorialmente, formada por diversos binômios interrelacionados, os chamados nós histórico-estruturais, que unem e dividem os espaços, tais como a modernidade/colonialidade e o centro/as periferias. “O pensamento e a ação descoloniais começam pela analítica dos níveis e dos âmbitos em que poderá ser eficaz no processo da descolonização e libertação *da* matriz colonial” (MIGNOLO, 2017, p. 10, grifo do autor). Apresentando-se como uma opção decolonial, entre outras tantas possíveis, a análise da colonialidade procura entender o funcionamento da matriz colonial do poder.

“Conceitos tais quais estado-nação, democracia, cidadania, público/privado, mercado, desenvolvimento, modernização, dentre outros, mais do que vocábulos gratuitos a remontar a inofensivos quadros teóricos, são fenômenos constitutivos/construtores da sociedade [...]” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p. 74). A colonialidade do poder, do saber e do ser revela a condução, tanto política da formação e evolução política do desenvolvimento, quanto teórica relativa ao conhecimento produzido e privilegiado nas análises sobre a sociedade, bem como prático, no que diz respeito às experiências sociais globais e regionais, os denominados movimentos sociais.

### **Algumas considerações**

A regionalidade/espacialidade do desenvolvimento tende a se apresentar como um forte subsídio à compreensão dos giros decoloniais presentes na dinâmica socioeconômica latino-americana. Nestes termos, a noção de desenvolvimento regional beneficiar-se-ia sobremaneira quando o pano de fundo para a compreensão das disparidades socioeconômicas que se manifestam no território fosse vislumbrado à luz do pensamento decolonial. Esta constatação mais ampla se origina da relação possível entre desenvolvimento regional e pensamento decolonial, cujo vínculo poderia despontar como opção decolonial.

O desenvolvimento regional tem preocupação não apenas com as desigualdades econômicas no território em suas múltiplas escalas, mas vinculada à prudência nos diferentes usos do Meio Ambiente e na análise da qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos, a partir da elevação dos níveis de cidadania, democracia e soberania. Se a interpretação das

comunidades, vivências e experiências locais são entendidas a partir da sua relação com a escala global, não seria, também, prudente incorporar ao desenvolvimento regional a perspectiva decolonial no sentido de pensá-lo como uma opção decolonial?

A revalorização do desenvolvimento a partir da crítica ao reducionismo econômico, cujo debate conduz à ampliação de seu escopo para demais áreas da ciência, possibilita a discussão sobre o desenvolvimento em termos especificamente regionais. Uma vez que as *disparidades regionais* ganham relevância como enfoque de análise, o exame das *colonialidades regionais* não se apresentaria como parte constituinte do desenvolvimento regional?

Esta perspectiva poderia interrelacionar a discussão regional do desenvolvimento às opções decoloniais, tal como é a matriz colonial do poder, ou como uma opção decolonial “outra”, nos termos de Walter D. Mignolo, cujas propostas não perpassem pela lógica da colonialidade em suas três dimensões.

A noção de giro decolonial, por sua vez, pretende articular práticas conceituais e teóricas que provêm de diversas tradições intelectuais, principalmente, latino-americanas, mas, também, dos estudos e reflexões críticas sobre os processos descolonizadores presentes nos territórios africanos, asiáticos e latino-americanos a partir da segunda metade do século XX.

É justamente desta compreensão teórico-conceitual que se procurou problematizar a contribuição do pensamento decolonial para a espacialidade/regionalidade do desenvolvimento. A manifestação explícita dos giros decoloniais recentes no território latino-americano poderia contribuir para um *projeto* mais amplo, no sentido de decolonizar a teoria para decolonizar o poder.

O giro decolonial aparece como um terceiro elemento no binômio modernidade/colonialidade o qual procura fundamentar e territorializar a colonialidade presente na modernidade a partir das experiências vividas por diferentes comunidades. O desenvolvimento regional, nutrido desta perspectiva, não poderia contribuir para a formação de estratégias e/ou contestação das formas mais hegemônicas de poder, saber e ser? Quais ferramentas e instrumentos a partir do desenvolvimento regional seriam úteis ao cumprimento deste propósito?

As categorias pensamento decolonial, giro decolonial e opção decolonial acentuam diferentes aspectos da decolonialidade e remetem a distintos e singulares universos de discurso. A tradução do giro decolonial para o inglês – uma observação aparentemente simples de Ramón Grasfoguel e Walter D. Mignolo (2008) – revela que *decolonial turn* pode ter

dois significados. Um primeiro, relativo ao turno, ao momento, ou à hora para que determinada ação ocorra; o segundo significado está vinculado ao sentido de girar, à esquerda ou à direita, ou de volta ao início de um acontecimento.

Portanto, o turno decolonial, tendo “chegado a vez do pensamento decolonial”, resulta em uma opção decolonial. Assim sendo, não haveria chegado o turno ou o momento adequado para que o giro decolonial aderisse o desenvolvimento regional como opção decolonial? Há chegado a hora na qual giros decoloniais sejam interpretados pelo desenvolvimento regional, uma vez, este, ocupado pelo pensamento decolonial?

A análise evidenciada pelo pensamento decolonial explica as experiências de giros decoloniais presentes na dinâmica internacional da organização dos territórios partindo do pressuposto de que o fim formal das colônias não possui conexão com uma desarticulação das estruturas de dominação colonial contidas nos Estados e em suas relações globais.

Deste modo, tanto os processos e as experiências decoloniais presentes na dinâmica social latino-americana são passíveis de exames futuros, quanto a relação entre território e colonialidade como ferramenta de reprodução das condições de colonialidade do poder, do saber e do ser.

Sendo a América Latina uma “região que recortaram para nós” as recomendações para o seu desenvolvimento aos moldes eurocêntricos foram um fracasso. A importação de soluções dos Estados Unidos e da Europa resultou nos mesmos problemas que aquelas haviam organizado em seus territórios de origem (BUTZKE; THEIS; MANTOVANELLI JÚNIOR, 2018).

Embora se tenha consciência das limitações que este estudo apresenta em sua discussão, entende-se que a *leitura* do pensamento decolonial concentra uma contribuição relevante ao desenvolvimento regional, devendo incorporar-se à sua agenda de pesquisa, cujos esforços exigem que novos estudos sejam realizados.

## Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, maio-agosto de 2013, p. 89-117.

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, 2017, p. 505-540.

BENKO, Georges. **A ciência regional**. Oeiras: Celta, 1999. 160 p. (Geografias).

BUTZKE, Luciana; THEIS, Ivo Marcos; MANTOVANELLI JÚNIOR, Oklinger. Existe alguma região para desenvolver? Um questionamento desde o pensamento social latino-americano. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 14, n. 2, p. 91-106, jan/2018 (ed. especial).

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 1, p. 51-86, enero-diciembre de 2003.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. *In*: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. 399 p.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. *In*: HEIDEMANN, Francisco. G.; SALM, José Francisco. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009. 340 p.

ISSERMAN, A. Regional science. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, Editors-in-Chief: Neil J. Smelser and Paul B. Baltes, Oxford, 2001, p. 12930-12935.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 61-72, julio-diciembre de 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial. Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan.-abr. 2014.

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: un manifiesto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Comp.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. 308 p.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of western modernity**: global futures, decolonial options. Durham & London: Duke University Press, 2011. 408 pp.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, junho/2017.

OTO, Alejandro de. Pensamiento descolonial/decolonial. *In*: BIAGINI, Hugo E.; ROIG, Arturo (Dir.). **Diccionario del Pensamiento Alternativo II**. CECIES (Centro de Ciencia, Educación y Sociedad), 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

SILVEIRA, Amélia et al. **Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias**. 2. ed. Blumenau: Edifurb, 2004.

SOUZA, Cristiane M. de Moraes; THEIS, Ivo M. **Desenvolvimento regional**: abordagens contemporâneas. Blumenau: Edifurb, 2009. 221 p.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 3, p. 334-360, setembro-dezembro, 2019.

VARGAS, Diego B. **Planejamento regional no Brasil no século XXI**: a política nacional de desenvolvimento regional. 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2013.